

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Ísis Suzana Fiorin Rotta

**FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS
COOPERATIVAS GAÚCHAS: ESTUDO DE CASO COM O BANCO REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL.**

Porto Alegre
2019

Ísis Suzana Fiorin Rotta

**FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS
COOPERATIVAS GAÚCHAS: ESTUDO DE CASO COM O BANCO REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Davide Carbonai.

Porto Alegre

2019

Ísis Suzana Fiorin Rotta

**FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS
COOPERATIVAS GAÚCHAS: ESTUDO DE CASO COM O BANCO REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Conceito final:

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Davide Carbonai
Orientador
(UFRGS)

Prof. Dr. Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt
(UFRGS)

Prof. Dr. Christine da Silva Schroeder
(UFRGS)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que não entendem ou não acreditam nos benefícios da união. Trabalhar em conjunto garante melhores resultados e maior qualidade de vida a todos os envolvidos.

O presente trabalho disserta sobre o cooperativismo, e mostra que esse está muito além de questões econômicas. O Padre Suíço Amstad, em 1902, em uma frase, exemplifica o poder do coletivo:

Pois se uma grande pedra se atravessa no caminho e 20 pessoas querem passar, não o conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob orientação de um deles, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir caminho para todos (AMSTAD, 1902).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a UFRGS, pelo ambiente educacional e de desenvolvimento que proporciona, ensinando os alunos a serem independentes e a entenderem as diferenças sociais que vivemos nesse país, nos tornando seres críticos e com opinião.

Ao Doutor Davide, meu orientador, que me mostrou o caminho da pesquisa, as fontes, as curiosidades e os questionamentos, além de me inserir em novos projetos e me guiar, ao longo de 2019.

Agradeço, também, a minha família, por ter me apoiado e me mantido em Porto Alegre durante a graduação, sempre me ofertando as melhores condições possíveis e me acompanhando nesses cinco anos.

Um último agradecimento aos amigos, que entenderam todas as vezes que não me fiz presente. E, ainda mais, aos que me auxiliaram a desenvolver este trabalho, seja com autorizações de uso de dados, seja com correções de ortografia, seja com ideias, um bom chimarrão, ou a companhia lado a lado estudando – caso do meu namorado.

Obrigada a todos.

RESUMO

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul (BRDE) fomenta o desenvolvimento dos estados do extremo sul do Brasil, através do financiamento público para o agronegócio, comércio, indústria e serviços. A presente pesquisa selecionou uma amostra de 80 cooperativas, do âmbito rural e de agronegócios e, a partir disso, criou um banco de dados com informações extraídas dos sistemas internos do BRDE. Realizou-se a análise dos dados com o propósito de estudar e entender se o financiamento público que as cooperativas recebem do BRDE é utilizado para desenvolver o local onde estão instaladas, bem como entender se as cooperativas maiores desenvolvem mais o local de sua Ubiquação do que as cooperativas menores. Para tanto, foi realizada uma análise das características dessas cooperativas, relacionando-as com algumas variáveis: Perspectiva Setorial, Finalidade Da Operação, Administração, Ubiquação Da Cooperativa, Patrimônio Líquido e Receita Líquida. A partir da análise, não foi possível obter uma relação entre o desenvolvimento local e o financiamento público concedido pelo BRDE. O recurso está sendo utilizado para o desenvolvimento fixo da produção da cooperativa. Ademais, não se pode afirmar que cooperativas maiores desenvolvem mais o local onde estão inseridas. Pelo contrário, as cooperativas menores desenvolvem mais o local onde estão inseridas.

Palavras-chave: BRDE; Cooperativismo; Desenvolvimento Local; Financiamento Público.

ABSTRACT

The Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul (BRDE) supports the development of the southernmost states of Brazil through public funding for agribusiness, trade, industry and service. This research selected a sample of 80 rural and agribusiness cooperatives, and from that created a database with information extracted from BRDE internal systems; Data analysis was performed to study and understand if the public funding that cooperatives receive from BRDE is used to develop the place where they are located, as well as to understand if larger cooperatives develop their location more than the smallest. To this end, an analysis of the characteristics of these cooperatives was made and related to some variables: Sector Perspective, Purpose of the Operation, Administration, Settlement of the Cooperative, Net Worth and Net Revenue. From the analysis, it was not possible to obtain a relationship between local development and public funding provided by BRDE; The resource is being used for the steady development of cooperative production. Nor can it be said that larger cooperatives develop more where they are inserted, on the contrary, smaller cooperatives develop more where they are inserted.

Keywords: BRDE; Cooperativism; Local development; Public financing.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Conhecimento sobre o cooperativismo no Brasil	19
Tabela 02 - Definição das variáveis deste estudo	34
Tabela 03 - Variável Administração da Cooperativa.....	35
Tabela 04 - Variável Perspectiva Setorial.....	36
Tabela 05 - Variável Finalidade Básica da Operação.....	36
Tabela 06 - Base de dados do presente estudo	38
Tabela 07 - Somatório das Mesorregiões presentes na amostra	41
Tabela 08 - Resultado do teste de Kendall's	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa do Cooperativismo no Brasil.....	20
Figura 02 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul	37

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
Agro	Agronegócios
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BEI	Banco Europeu de Investimento
BNDES	Banco de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul
CEF	Caixa Econômica Federal
CnCoop	Confederação Nacional das Cooperativas
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul
Coop	Cooperativa
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Política Nacional de Cooperativismo
RL	Receita Líquida
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sicoob	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
Sicredi	Sistema de Crédito Cooperativo
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SUPLA	Superintendência de Planejamento
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REVISÃO TEÓRICA	15
2.1 COOPERATIVISMO.....	15
2.1.1 História do cooperativismo	17
2.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	17
2.3 COOPERATIVISMO NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL	21
2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA	23
2.5 O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL	25
2.6 LEGISLAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	26
3. BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL	28
3.1 HISTÓRIA DO BRDE	28
3.2 O BRDE.....	29
3.3 RECURSOS DO BRDE	31
4. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	32
4.1 A CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS.....	33
5. RESULTADOS DA ANÁLISE DE DADOS	40
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1. INTRODUÇÃO

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul (BRDE) é uma instituição financeira pública de fomento, controlada pelos três estados do extremo sul do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Possui o objetivo de proporcionar recursos necessários a financiamentos de médio e longo prazo para programas e projetos que tenham como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social de seus estados membros. Foi fundado em junho de 1961, com o intuito de fazer o sul do Brasil prosperar. Hoje, conta com 463 colaboradores e possui autonomia financeira e administrativa (BRDE, 2019).

A sede administrativa do BRDE está localizada em Porto Alegre, que também possui uma agência do BRDE, assim como Florianópolis e Curitiba. Outras 10 cidades da Região Sul possuem espaços para as divulgações do BRDE, além de um local de divulgação no Rio de Janeiro¹ e outro em Campo Grande². A fiscalização do BRDE é realizada pelo Banco Central (BACEN). Sua estrutura interna, administrativa e organizacional, é definida pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul (CODESUL), através de Assembleias Legislativas entre os três Estados-Membros (BRDE, 2019).

A cooperação é uma forma de trabalho e organização social ou econômica que fortifica as comunidades, promovendo melhorias na qualidade de vida das populações, com base na atividade harmônica e em conjunto. Já as cooperativas são as organizações de pessoas baseadas em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Possuem forma e natureza jurídica constituídas para prestar serviços aos associados³ (OCB, 2019).

Tendo em vista estes pressupostos, a presente pesquisa foi pensada com o objetivo principal de investigar se as cooperativas do ramo rural e de agronegócios que recebem financiamento público concedido pelo BRDE utilizam este recurso para o desenvolvimento do local onde estão instaladas. Ademais, busca analisar as variáveis deste estudo para responder ao problema desta pesquisa.

¹ No Rio de Janeiro se tem um local de divulgação, o estado do Rio de Janeiro não é membro.

² Em Campo Grande se tem um local de divulgação, o estado Minas Gerais não é membro.

³ Os associados são os membros das cooperativas.

Diante dos fatos expostos até o presente momento, surge o seguinte problema de pesquisa: As cooperativas do ramo rural e de agronegócios que recebem financiamento público do BRDE utilizam este recurso para o desenvolvimento do local onde estão instaladas? E ainda, as grandes cooperativas presentes na amostra estudada desenvolvem mais o local onde estão instaladas?

Em termos teóricos, parte-se de informações para a difusão do modo de trabalho baseado na cooperação, de fazer junto, bem como os reflexos positivos disso para a comunidade e para os cooperados⁴. De outra banda, busca explicar os benefícios da autogestão e da economia solidária, que são uma alternativa de fortalecimento das lutas populares, bem como um modo de sustento e de desenvolvimento do local onde as cooperativas estão inseridas.

Num âmbito mais específico, para verificar se as cooperativas do ramo rural e de agronegócios que recebem financiamento público concedido pelo BRDE utilizam este recurso para o desenvolvimento do local onde estão instaladas, bem como entender se as grandes cooperativas da amostra desenvolvem mais o local onde estão instaladas, também é necessário dissertar sobre a importância do cooperativismo e sua história, através da análise dos dados coletados na amostra e do cruzamento dos mesmos, bem como da fundamentação teórica, para que, assim, seja possível entender e responder aos questionamentos desta pesquisa.

Para tanto, como metodologia deste estudo, utilizou-se da pesquisa exploratória qualitativa e quantitativa de variáveis, que tem como finalidade desenvolver e modificar conceitos e ideias (GIL, 1999). Criou-se um banco de dados com informações extraídas dos sistemas internos do BRDE (sob autorização). Esse banco de dados tem como referência o ano de 2017. A partir disso, com os dados coletados, planilhados e organizados, definiu-se o tamanho da amostra: 80 cooperativas do ramo rural e de agronegócios que recebem o financiamento público concedido pelo BRDE. Foram analisadas as seguintes variáveis: Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Administração da Cooperativa, Perspectiva Setorial, Finalidade Básica da Operação e Ubiquação da Cooperativa. Essas variáveis foram organizadas no *software* SPSS⁵ e, para relacioná-las, utilizou-se o Coeficiente de Correlação de *Kendall's*: uma estatística que mede a associação (semelhança) entre

⁴ Pessoas que fazem parte de uma cooperativa.

⁵ Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais.

variáveis. Utilizou-se, também, de uma fundamentação teórica, que foi elaborada através da leitura e da união de artigos científicos, de relatórios, de sítios eletrônicos, de textos, de livros, de revistas cooperativas e de outros documentos. Tem-se como referência diferentes autores e entidades que estudam ou participam do cooperativismo.

Embasado nisso, acredita-se ter como hipóteses: os recursos emprestados pelo BRDE às cooperativas da amostra estão sendo investidos no desenvolvimento do local onde as cooperativas estão instaladas; as cooperativas maiores desenvolvem mais o local onde estão inseridas.

Em termos estruturais, esta pesquisa está organizada da seguinte forma: após esta introdução, que está inserida no capítulo 1 deste trabalho, este segue com o capítulo 2, que conta com a revisão teórica, subdivida em: cooperativismo, história do cooperativismo, cooperativismo no Brasil, cooperativismo na economia do Rio Grande do Sul, economia solidária, papel das cooperativas na construção da identidade local e legislação do cooperativismo no Brasil. Por sua vez, o capítulo 3 apresenta o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e os seus recursos. No capítulo 4, está apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa e como se realizou a construção do banco de dados. Já no capítulo 5, pretende-se abordar os resultados deste estudo. Por fim, o capítulo 6, trazendo as considerações finais.

2. REVISÃO TEÓRICA

Neta seção, será apresentada a fundamentação teórica para empreender a aproximação do objeto de estudo. Sabe-se que a cooperação é um movimento pré-histórico, baseado na união de pessoas, visando a obtenção de melhores resultados através da ajuda mútua. As cooperativas, por sua vez, são as sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica constituída para prestar serviços aos associados.

Nesse contexto, a revisão teórica traz os conceitos principais para responder aos questionamentos⁶ desta pesquisa, seguindo uma linha de raciocínio baseada na leitura e na união de artigos científicos, de relatórios, de sítios eletrônicos, de textos, de livros, de revistas cooperativas e de outros documentos. Tem-se como referência diferentes autores e entidades que estudam ou participam do movimento cooperativista.

2.1 COOPERATIVISMO

2.1.1 História do cooperativismo

Cooperar é algo que sempre fez parte da vida em sociedade, desde a pré-história, auxiliando na organização do espaço. A necessidade se deu como forma de garantir a sobrevivência. Os homens começaram a trabalhar com relações de troca que extrapolavam os valores materiais.

A cooperação, nesse sentido, fortificava as comunidades, promovendo sempre melhorias na qualidade de vida das populações. Isso demonstra que a cooperação tem sido constante na vida do ser humano no decorrer dos tempos, quando os homens se agrupam para defender interesses em comum (GIANEZINI; GIANEZINI; SCARTON; RODRIGUES, 2009). Nesse sentido, o autor Marx (1983, p. 370 *apud* PAGOTTO, 2019, p. 71) auxilia na compreensão de que a cooperação é a

⁶ Principais questionamentos da pesquisa: se as cooperativas que recebem o financiamento público concedido pelo BRDE utilizam recursos para o desenvolvimento do local onde estão inseridas; e se as maiores cooperativas desenvolvem mais o local onde estão instaladas.

base para o desenvolvimento capitalista. Para o autor, a cooperação “é a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”.

A união das pessoas, dos trabalhadores, gera uma força coletiva e essa força é a cooperação do modo de produção. Entretanto, há um problema nisso: a manutenção da hegemonia. O operário moderno perdeu o controle do conjunto da produção. Passou a ser responsável por apenas uma parte do ciclo produtivo de uma mercadoria, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos. Além disso, recebendo “salário” em troca da atividade mecânica realizada, o operário alienava o fruto de seu trabalho ao capitalista, transformando-o em mercadoria sujeita ao mercado (VICENTINO, 2001).

Desse modo, a classe trabalhadora tentou romper com os capitalistas, organizando sua força coletiva por meio da cooperação. Os trabalhadores elaboraram um movimento, pressupondo amenizar os traumas econômicos e sociais que os assolavam. Esse movimento ficou conhecido como cooperativismo.

Keil e Monteiro (1982) elaboraram uma contextualização histórica sobre o cooperativismo, na qual se verifica que esse movimento deu, na primeira fase da Revolução Industrial, seus primeiros passos estruturais, entre 1760 e 1850, conduzidos por idealistas, como Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, dentre outros, que defendiam propostas baseadas nas ideias de ajuda mútua, igualdade, associativismo e autogestão. Os idealistas do cooperativismo, ao estudar as formas de organização das civilizações antigas, descobriram que a cooperação é um instrumento revolucionário para a organização social, capaz de modificar o comportamento da sociedade.

A cooperação é definida, segundo o Glossário de Administração Pública, como:

O tipo particular de processo social em que dois ou mais indivíduos ou grupos atuam em conjunto para a consecução de um objetivo comum. É requisito especial e indispensável para a manutenção e continuidade dos grupos e sociedades (FULGÊNCIO, 2007).

Muitas iniciativas de cooperativas não obtiveram sucesso devido às condições políticas desfavoráveis e, principalmente, pela forma como estas eram criadas. De acordo com Reis (2006), foi durante a Revolução Industrial que emergiram as

condições socioeconômicas favoráveis ao desenvolvimento das sociedades cooperativas.

O primeiro movimento Cooperativista aconteceu somente no ano de 1844, em Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra. Nesse movimento, 28 tecelões, que buscavam melhorar sua situação econômica, fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Nessa sociedade, foi inaugurado um armazém e criado um estatuto para o regimento do mesmo. Esse estatuto foi criado com base na ideologia solidária ao homem e se tornou parte fundamental para a doutrina cooperativista mundial, serviu como suporte para a criação dos princípios do cooperativismo que se tem nos dias atuais (MARUCH; MAFIOLETTI, 2004). Hoje, os princípios definidos para o cooperativismo são os seguintes: adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos associados, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e compromisso com a comunidade. Esses sete princípios são semelhantes ao estatuto que organizava a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (SESCOOP, 2019).

Embasado nisso, a associação de Rochdale é considerada o início do movimento cooperativista mundial, ou seja, o marco fundamental do cooperativismo moderno. A base doutrinária dos estatutos desses cooperativistas pioneiros norteia toda a organização cooperativa, até os dias de hoje, sendo adotada e propagada pela Aliança Cooperativa Internacional e pelas organizações cooperativas em nível nacional (SALES, 2010).

2.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL

Os historiadores afirmam que o início do processo de cooperação se deu com a chegada dos Jesuítas, como um exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo. Porém, por volta de 1847, começa, de fato, o movimento cooperativista brasileiro, com a fundação da Colônia Tereza Cristina no Paraná, pelo francês Jules Maurice Faivre.

Na segunda metade do século, segundo o site do Portal do Cooperativismo (2019):

Começaram a aparecer, em todo o país, iniciativas semelhantes. Aos poucos, o cooperativismo foi se dividindo, e passou a abranger quase todos

os setores da sociedade. Porém, somente em 1887 surgiu a primeira cooperativa no Brasil denominada Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas/SP.

Entre 1906 e 1908, foi criada por imigrantes italianos a primeira cooperativa brasileira na área agrícola, a Cooperativa Agrícola de Rio Maior - Cooperprima, em Urussunga, no estado de Santa Catarina. Tanto os imigrantes italianos quanto os alemães tiveram papéis importantes para a instauração do cooperativismo brasileiro, pois trouxeram a bagagem cultural do trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, principalmente na área rural, que possui um grande volume de negócios e é uma das principais difusoras do ideal cooperativista no Brasil, de acordo com o site da OCB (2019).

A literatura acusa um florescimento da prática cooperativa brasileira a partir de 1932, motivada por dois pontos:

a) O estímulo do Poder Público ao cooperativismo, identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas;

b) A promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (PINHO,1996).

Antes disso, em 1902, surgiu a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira, a mais antiga ainda em atividade, fundada pelo padre suíço Amstad, com o objetivo de melhorar a vida dos moradores do município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul.

Atualmente, tem-se um ótimo cenário do cooperativismo no Brasil, com mais 6.800 cooperativas, distribuídas em 13 áreas, que somam mais de 11,5 milhões de associados, gerando mais de 340 mil empregos formais (OCB, 2014). Segundo o site da Organização das Cooperativas Brasileiras, atualizado em 2019:

As cooperativas têm demonstrado significativa importância para a inclusão social no Brasil. Se comparado ao total de habitantes no País, o número de associados a cooperativas representa mais de 5% da população brasileira. Somadas as famílias dos cooperados, estima-se que o movimento hoje agregue mais de 46 milhões de pessoas, ou seja, número superior a 20% do total de brasileiros (...) O cooperativismo vem cumprindo o seu papel de inclusão social, econômica e cultural, sendo um modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento sustentável da população. O movimento destaca-se na busca de participação democrática, na independência e autonomia, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e o

bem-estar social de todos os seus cooperados e, conseqüentemente, da comunidade em que está inserido.

Entretanto, segundo dados do Sescop (2010), nem sempre os números foram tão positivos para o cooperativismo brasileiro. Após a crise financeira, que abalou a economia mundial, entre 2008 e 2009, o cooperativismo teve um crescimento. Foi possível verificar, no Brasil, que a importância do mesmo vai além das questões econômicas, pois vem incluindo e dando oportunidades às pessoas, de maneira socialmente justa.

Durante a crise, o cooperativismo se tornou mais visível e concreto no Brasil, pois mostrou a sua capacidade de solucionar problemas em contra fluxo à crise. Em 2008 e 2009, o crescimento geral esteve entre 6% e 7%, enquanto o das cooperativas avançou e chegou aos 22%. Foi o primeiro grande avanço do cooperativismo no mercado nacional, trazendo o seu papel de responsabilidade com a sociedade e ganhando a confiança dos brasileiros.

Infelizmente, ainda não se tem a visibilidade e a concretude que se espera. Porém, são perceptíveis os benefícios, por exemplo, na contramão do desemprego, enquanto o setor privado reduziu 5% seus postos de trabalho, as cooperativas expandiram suas contratações no mesmo período (2014-2018) e cresceram 17,8%.

Acredita-se que a falta de conhecimento sobre a importância e os benefícios do cooperativismo é um dos motivos que afetam o sucesso e a difusão do mesmo no Brasil. Segundo dados da Revista Saber Cooperar (2019, p. 14):

Tabela 01 - Conhecimento sobre o cooperativismo no Brasil:

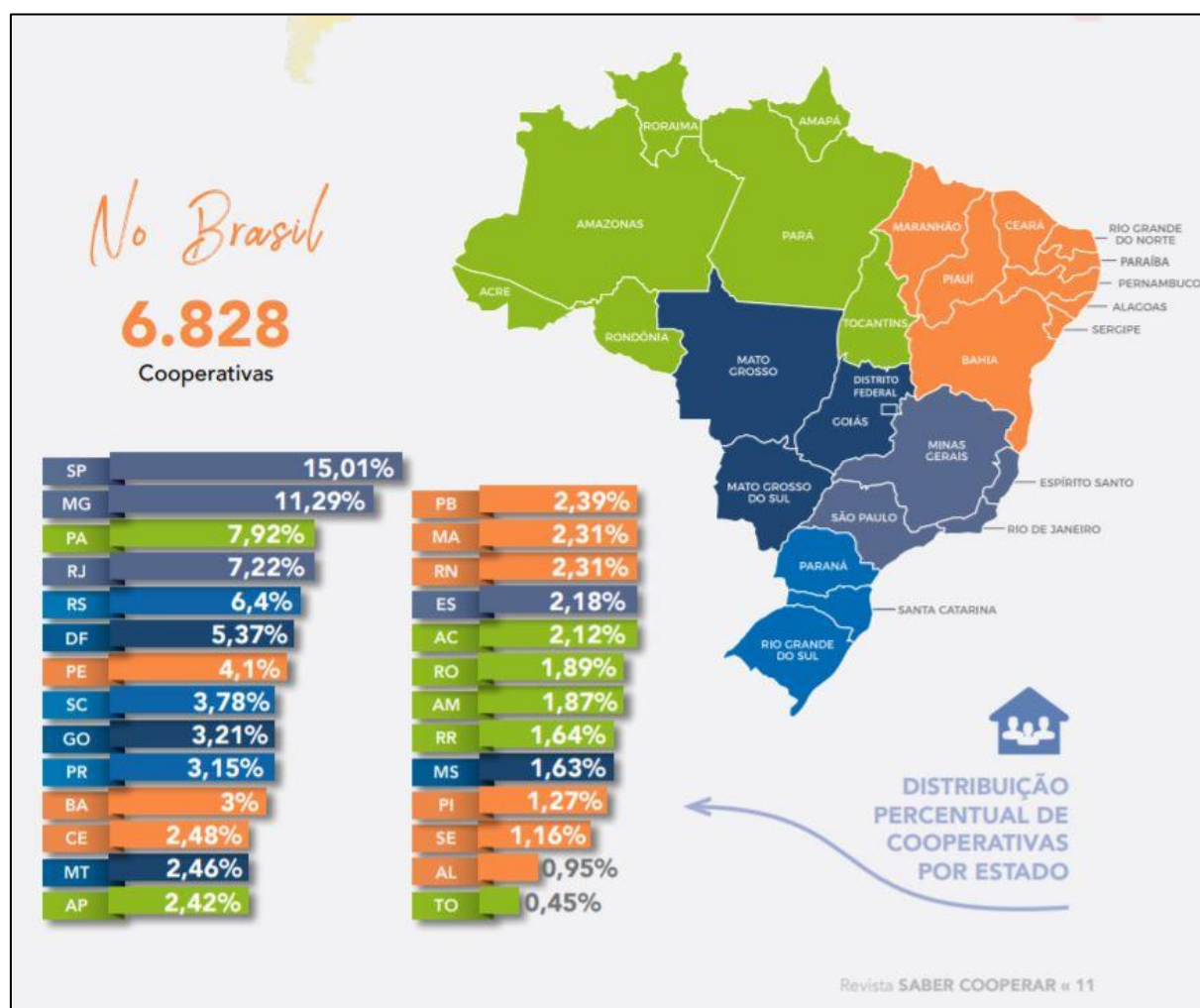
Conhecimento sobre o cooperativismo no Brasil	
Regiões	Conhecem
Norte	38%
Nordeste	36%
Sudeste	42%
Centro-Oeste	54%
Sul	67%

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Saber Cooperar (2019).

A tabela mostra como a falta de informação a respeito do tema o prejudica. A

Região Sul é a que mais conhece o cooperativismo. Já a Região Nordeste é a que menos conhece. Também há estados no Brasil onde se tem mais cooperativas e outros que praticamente não tem. Segundo os dados da Revista Saber Cooperar (2019):

Figura 01 – Mapa do Cooperativismo no Brasil:



Fonte: Revista Saber Cooperar (2019, p.11).

Nessa imagem, é possível visualizar as diferenças no cenário do cooperativismo dentro do Brasil. Enquanto que, no estado de São Paulo, a distribuição está em 15,01%, no estado do Tocantins está em apenas 0,45%. Comparado com a tabela 01, nota-se que, apesar do estado do Rio Grande do Sul ter mais conhecimento a respeito do cooperativismo, não é o estado que contém mais cooperativas.

Felizmente, também há entidades que apoiam o desenvolvimento do cooperativismo no país, como, por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescoop, referencial teórico muito presente neste trabalho. O Sescoop faz parte do Serviço Social Autônomo e é responsável por organizar e gerenciar o ensino de formação profissional para as cooperativas. A importância é ímpar, pois auxilia os colaboradores das cooperativas, dando mais chance das cooperativas crescerem e se desenvolverem, bem como, até indiretamente, desenvolverem o local onde estão inseridas. Também possuem uma faculdade de tecnologia do Cooperativismo – Escoop, com o objetivo de aprender a gerir uma cooperativa; e o programa Aprendiz Cooperativo, que dá oportunidades para os jovens entrarem nesse mercado (SESCOOP, 2016).

Em vista disso, entende-se que o cooperativismo, no Brasil, é bastante heterogêneo quanto à natureza e a escala de suas atividades. Tem-se desde grandes cooperativas, que utilizam tecnologia moderna para ampliar a eficiência, até pequenas cooperativas nas periferias urbanas, voltadas à inserção socioeconômica⁷ e às necessidades básicas das populações pobres (GAIGER, 2013). Nos últimos anos, as cooperativas vêm crescendo e se enraizando no mercado – algumas por necessidade advinda da crise, outras por necessidade de sobrevivência – e, também, se desenvolvendo com as consultorias das organizações apoiadoras⁸.

2.3 COOPERATIVISMO NA ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, as primeiras cooperativas que surgiram foram as de consumo, oficialmente registradas, seguidas das cooperativas de crédito e das agropecuárias. Conforme Gaiger (2013, p. 215):

As cooperativas de consumo expandiram-se nas décadas de 1950 e 1960. Na época, apenas 45% da população concentrava-se nas regiões urbanas, nas quais se projetaram as cooperativas de crédito e serviços, apresentando-se inicialmente mais dinâmicas que as do setor agropecuário.

⁷ Nas periferias dos grandes centros, hoje, as cooperativas de catadores são um modelo de sobrevivência de sucesso. Ao invés de cada indivíduo trabalhar sozinho, vários catadores do mesmo local fundam cooperativas de catadores para reciclagem ou de catadores de sucata. Trabalhando juntos, são capazes de melhorar a renda de todos e gerar empregos. Isso se reflete no desenvolvimento da economia e do bairro aos arredores da cooperativa.

⁸ Como organização apoiadora tem-se o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop.

Atualmente, o estado conta com 434 cooperativas, que possuem 2,7 milhões de associados, com um faturamento de R\$ 32 bilhões ao ano, contando com 132 cooperativas no setor de agronegócios, 91 no setor de crédito e 59 no setor de saúde, de acordo com o *site* InvestRS, do Governo gaúcho (2019).

No setor rural e de agronegócios, hoje, há 350 mil pessoas associadas, gerando 36 mil empregos só nessa área. As cooperativas agropecuárias formam o segmento economicamente mais forte do cooperativismo gaúcho, conforme os dados apresentados no relatório de Expressão do Cooperativismo Gaúcho (SESCOOP, 2019).

Segundo o presidente⁹ da Sescop, em entrevista para o Jornal do Comércio (2019), hoje, no Rio Grande do Sul, mesmo com a recessão, o cooperativismo segue crescendo, em média 11% ao ano e, nos últimos quatro anos, obteve um crescimento de 45%, gerando 63 mil empregos. “Esse conjunto de números já demonstra a força do cooperativismo para o desenvolvimento econômico do nosso Estado” (PERIUS, 2019).

É possível perceber que o estado gaúcho acompanhou o crescimento do cooperativismo que ocorreu no país inteiro. Em contra fluxo à crise de mercado, o setor de cooperativas ampliou o faturamento em 54%. “É natural que as sociedades de pessoas cresçam mais na crise do que na abundância” (PERIUS, 2019). Estima-se que, com o final da crise econômica, o setor tenha um crescimento inferior.

Entretanto, as cooperativas gaúchas estão buscando investimentos em tecnologia para minimizar os prováveis efeitos da redução de crescimento com o retorno da economia, que se encontra atualmente no final da recessão. Tendo em vista o objetivo de garantir a fatia de mercado que o cooperativismo conquistou com a crise, algumas cooperativas gaúchas do ramo estudado criaram uma missão, em busca de novas tecnologias no Vale do Silício¹⁰ em 2019, denominada Missão Agropecuária. O objetivo dessa missão foi assistir de perto o empreendedorismo, para entender que existem muitas oportunidades e que é preciso inovar para que o cooperativismo não perca mercado com o retorno da economia e também para que seja honestamente competitivo (GAÚCHA ZH, 2019). “Tivemos o privilégio de ver muito empreendedorismo em um mundo de muita riqueza, mas ao mesmo tempo de

⁹ Atualmente o presidente da Sescop no Rio Grande do Sul se chama Vergilio Perius. Foi eleito através de assembleia entre os representantes das cooperativas gaúchas.

¹⁰ O Vale do Silício (*Silicon Valley*) está localizado na Califórnia e é o polo tecnológico mais famoso do mundo, composto por empresas dedicadas a inovação tecnológica e científica.

tanta simplicidade” afirma Ana Marlize Schreiner da Cooperativa Cotribá¹¹ (SCHEREINER, 2019, n.p).

Embasado nisso, é possível afirmar que, para a economia do Rio Grande do Sul, as cooperativas exercem importante papel econômico e social em suas comunidades e regiões, representando, em 2017, 2,2 bilhões em geração de tributos ao Estado, segundo o relatório de Expressão do Cooperativismo Gaúcho de 2018 (SESCOOP, 2019).

Mesmo em anos de crise, o desenvolvimento do cooperativismo seguiu crescendo. Nos últimos cinco anos registrou uma expansão de 76%, sendo que o ramo do presente estudo representou 34,6% do total da expansão. O Estado é o segundo maior em números de associados no Brasil e estima-se que 74% das famílias gaúchas são envolvidas no cooperativismo, de acordo com os dados divulgados pela Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (2019).

2.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é um modo de empreendimento onde a solidariedade se manifesta, através de um envolvimento cotidiano de seus membros, na socialização dos recursos produtivos e na adoção dos princípios da equidade (GUERRA, 2002; PINTO, 2006; GAIGER, 2011).

Também é definida como o conjunto de práticas cooperativas, com solidarização de capital e organização autogestionária¹², de caráter produtivo, prestação de serviços, consumo, habitação ou ramo agropecuário, com ou sem registro formal, podendo adotar formas como mutirão, associação, cooperativa, grupo de produtores informais e outros (ALCÂNTRA, 2014).

De modo normativo, defende a construção de uma relação de trabalho igualitária, marcada pela relação simétrica entre os associados, através da autogestão e com garantia de direitos iguais de participação e de gestão dos resultados (SILVA; OLIVEIRA, 2011).

¹¹ Cotribá – Cooperativa Agrícola Mista General Osório, há mais de 100 anos em atuação na área rural e de agronegócios.

¹² A economia solidária se assemelha ao cooperativismo por ambos serem modelos de organização abertos e democráticos, adequados aos interesses dos trabalhadores.

Remetendo ao cooperativismo, é possível os relacionar, já que o modelo de cooperativas de economia solidária é o mais utilizado, abrangendo grande parte de programas e promoções do ramo. O agir coletivo de ambos institui, então, novos sujeitos no mundo do trabalho, nas estratégias de classe e nas lutas sociais, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

Entretanto, a história da economia solidária é mais recente. Ganhou força no Brasil no decorrer dos anos 1990, como uma modalidade de organização de diversas categorias sociais, desde unidades informais de geração de renda, passando por associações de produção e consumo, até a prestação de serviços ou comercialização de crédito (GAIGER, 2013).

Hoje, a economia solidária, segundo Gaiger (2013):

Manifesta-se em uma nova geração de cooperativas, designadas de *populares* ou de *economia solidária*. O Mapeamento Nacional registrou, em 2007, mais de 2.100 cooperativas, equivalentes a 9,7% dos empreendimentos recenseados. Em sua maior parte, essas cooperativas haviam iniciado suas atividades nos quinze anos anteriores ao Mapeamento, motivadas em boa medida pela convicção de que esse formato constitui idealmente o modelo mais acabado de autogestão e de solidariedade econômica, sendo a base de um sistema adequado para atender aos interesses dos trabalhadores (GAIGER, 2013 *apud* CULTI, 2008, p. 215).

É possível visualizar os benefícios da economia solidária, que traz uma nova geração de cooperativas, que acreditam ser este formato um modelo melhor de autogestão e solidariedade econômica, sendo um sistema que atende aos interesses dos colaboradores (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

De modo geral, as cooperativas solidárias, muitas vezes, objetivam sustentar atividades individuais ou das famílias dos cooperados. Segundo estudos de Gaiger (2013, p. 218): “Mais de 78% declararam ter recebido algum tipo de apoio técnico ou político externo, de órgãos de governo, entidades civis, incubadoras, universidades ou organizações sindicais”.

Deste modo, é possível visualizar um desempenho positivo nas cooperativas solidárias, o que leva à aceitação e à valorização da economia solidária como um elemento de racionalidade econômica específica, com resultados efetivos. São organizações vantajosas e não voluntárias (GAIGER, 2013). Ainda, é possível entender a importância da economia solidária atrelada ao cooperativismo como uma

alternativa de fortalecimento das lutas populares, bem como um modo de sustento e desenvolvimento do local onde se inserem: "Ela designa, ao mesmo tempo, um setor econômico e um movimento social" (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

2.5 O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL

A identidade é construída com base nas relações sociais nas quais o indivíduo está inserido. Não pode ser simplista ao ponto de ser resumida em uma reprodução da ordem social. É o processo em que o sujeito, ao transformar socialmente sua realidade, transforma, também, sua própria identidade (CIAMPA, 2001).

Quanto à identidade cidadã, tem-se a seguinte definição: "A noção de cidadania remete à cristalização dos direitos civis, políticos e sociais, caracterizando uma situação de inclusão e de pertencimento dos cidadãos à comunidade política" (AMORIM, 2007, p. 485).

A partir da análise de diversos estudos a respeito do papel das cooperativas na construção da identidade, os cooperados, principalmente os que estão desde o fundamento da cooperativa, incorporam à cooperativa as suas identidades e seus projetos de vida (PETERSEN; SOUZA; LOPES, 2014).

A construção da identidade cidadã, isto é, do pertencimento dos cidadãos à comunidade, também surge, o agir coletivo. A economia solidária institui, então, novos sujeitos no mundo do trabalho, nas estratégias de classe e nas lutas da cidadania, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa. (VERONESE, 2008; SANTOS, 2010).

No cooperativismo rural e de agronegócios, dentre as cooperativas da amostra estudada, tem-se exemplos da construção da cidadania e da influência das cooperativas no ambiente onde estão inseridas. Segundo o site Histórias Reais do Cooperativismo, promovido pelo Sescoop/RS (2019), as cooperativas mudam a vida das pessoas e o seu papel como cidadão da comunidade. Em depoimento, uma associada da Cooperativa Triticola de Não-Me-Toque - Cotrijal, fala da importância da cooperativa na vida da família, sobre a valorização dos associados e o crescimento dos mesmos, ao se tornarem parte da Cotrijal (DONEDA, 2019). Outro associado da mesma cooperativa ressalta a importância do auxílio do departamento

técnico¹³ da Cotrijal para o aumento da produtividade, visto que essa cooperativa (assim como outras) presta apoio para melhorar o desenvolvimento das produções dos seus associados.

Na cooperativa Dália, também presente na amostra deste trabalho, tem-se o exemplo de um colaborador que teve uma nova identidade após entrar para a cooperativa. Um Haitiano, refugiado, encontrou uma oportunidade de vida nova na cooperativa (não só ele, como outros refugiados). Em depoimento, Junior Giles fala sobre a importância da oportunidade que a cooperativa deu à sua vida, e afirma “Aqui não tem como o pessoal não respeitar você se você respeita todo mundo. Aqui todo mundo é igual” (GILES, 2019)¹⁴.

Com isso, entende-se que as interações sociais entre as organizações, cooperativas e a sociedade vão se tornando importantes, ao passar dos anos, conforme vão se consolidando as bases sociais, bem como através do entendimento e da credibilidade da relevância da união, potencializando a mobilização de recursos e ações pautadas na proposta de compartilhar (PRODANOV; FREITAS, 2013).

2.6 LEGISLAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Atualmente, o cooperativismo no Brasil é regido pela Lei 5.764 de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Segundo essa lei, é necessário, no mínimo, 20 sócios para a constituição de uma cooperativa, e essa é representada pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB em âmbito nacional. Já em âmbito estadual, a representação é realizada pela Organização Estadual de Cooperativas – OCE. A OCB surgiu, em dezembro de 1969, como um órgão da Sociedade Civil sem fins lucrativos e é considerada o marco histórico da representação do cooperativismo, pois, até então, era a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo no Brasil.

Segundo a Política Nacional de Cooperativismo, as cooperativas são “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. E os

¹³ Muitas cooperativas da amostra estudada prestam apoio técnico para os seus associados. Desde auxílio no aumento da produção, até suporte especializado com cursos de aprimoramento a diversas áreas.

¹⁴ Disponível em <http://historiasreais.coop.br/#junior>. Acesso em: 05 nov. 2019.

atos cooperativos são “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (BRASIL, 1971).

O sistema cooperativo brasileiro também conta com a Lei 9.867 de 1999, que “Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica”. Isto é, uma lei que auxilia pessoas em situação de desvantagem a serem inseridas no mercado (BRASIL, 1999).

Em 1995, o movimento cooperativista brasileiro passa a ser reconhecido internacionalmente, com a eleição de um paulista para a presidência da Aliança Cooperativa Internacional - ACI. Logo, o país ganha força na área e, em 1998, o Brasil cria o sistema Sescop - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo¹⁵. O objetivo deste sistema é a promoção da cultura cooperativista e o aprimoramento para o seu desenvolvimento através do ensino, da formação profissional, da organização e da promoção social dos trabalhadores associados e funcionários das cooperativas brasileiras.

Mais recentemente, em 2005, a OCB evolui e aumenta sua importância em prol dos cooperados com a criação de uma entidade de representação sindical das cooperativas, a Confederação Nacional das Cooperativas - CnCoop, que defende os interesses da categoria, coordenando o Sistema Sindical Cooperativista e sustentada pelos princípios do cooperativismo, visando o fortalecimento do mesmo como um todo (OCB, 2019).

¹⁵ Já referenciado e detalhado no capítulo 2.1.1. Cooperativismo no Brasil.

3. BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Nesta seção, será apresentado o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul – BRDE, desde o seu início, passando pelo seu regimento, abrangência, organização, funcionamento e recursos. No subtítulo deste capítulo, isto é, 3.1, será apresentada a história do BRDE. Já no 3.2, um apanhado geral referente a organização e funcionamento do BRDE. No último subtítulo, 3.3, se descreve as fontes de recursos do BRDE e seus repasses.

A importância deste capítulo é ímpar, visto que o BRDE é a intuição escolhida para este estudo: um banco público de fomento que objetiva o desenvolvimento de seus estados membros, através do financiamento público de médio e longo prazo, a fim de incentivar a competitividade na região.

3.1 HISTÓRIA DO BRDE

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul – BRDE foi fundado em 15 de junho de 1961, pelos três estados do Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Seus fundadores foram os Governadores Leonel Brizola (RS), Celso Ramos (SC) e Ney Braga (PR). O intuito da criação foi desenvolver uma economia diversificada, visto que, na época, o Sul dependia, prioritariamente, do setor rural. O BRDE nasceu objetivando o aumento da competitividade dos empreendimentos nos três estados membros, através da concessão de crédito a cooperativas, produtores rurais e empresas de diferentes portes (BRDE, 2019).

Em 1961, a ideia da criação do banco de fomento BRDE foi apresentada ao presidente da época, Jânio Quadros, que a recebeu com aprovação e entusiasmo. Entretanto, foi no governo do Presidente João Goulart que foi autorizado o decreto autorizando o funcionamento do BRDE. No mesmo ano, o BRDE foi inaugurado em Porto Alegre e, em 1963, foi realizada a instalação em Florianópolis. No ano seguinte, 1964, nasceu a agência em Curitiba (BRDE, 2019).

Simultaneamente à fundação, também foi criado o Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul – CODESUL, que estabelece o regimento interno e fundamenta os atos aprovados nas Assembleias entre os três estados do Sul.

3.2 O BRDE

O BRDE é um banco de desenvolvimento, conforme disciplina o Banco Central do Brasil:

Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, e têm como objetivo precípuo proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado. As operações passivas são depósitos a prazo, empréstimos externos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, emissão de cédulas pignoratícias de debêntures e de Títulos de Desenvolvimento Econômico. As operações ativas são empréstimos e financiamentos, dirigidos prioritariamente ao setor privado. Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima, com sede na capital do Estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar, obrigatória e privativamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Desenvolvimento", seguida do nome do Estado em que tenha sede (RESOLUÇÃO CMN 394, 1976).

O regimento interno é estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL, e é fundamentado por atos aprovados perante as Assembleias Legislativas dos respectivos Estados. A administração do BRDE é composta pelo CODESUL, que estabelece as políticas de desenvolvimento para os Estados e controla o BRDE, por intermédio do Conselho de Administração, órgão de orientação e deliberação superior, e por meio da Diretoria Colegiada, formando a Alta Administração do BRDE.

O CODESUL, em conjunto com o BRDE, foi instalado em 1961, em convênio assinado pelos Governadores do Estado à época, a fim de criar uma instituição regional que fortalecesse a economia e o desenvolvimento social do sul do país. Em 1992, o Mato Grosso do Sul se integrou ao bloco, a fim de fortalecer as políticas de desenvolvimento regional. Tornou-se, portanto, uma entidade regional, criada e mantida pelos Estados do Convênio e aprovada diante das respectivas Assembleias Legislativas, com estrutura e funcionamento conforme o regimento interno disponível (BRDE, 2019).

O BRDE possui sede administrativa e agência no município de Porto Alegre/RS, bem como agências em Florianópolis/SC e em Curitiba/PR. Além disso, possui um escritório de representação no Rio de Janeiro/RJ, um espaço de divulgação em Campo Grande/MS e espaços de divulgação em diversas cidades da

Região Sul (BRDE, 2019).

Possui como missão institucional a promoção e a liderança de ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a Região Sul, por meio de suporte técnico e creditício em financiamentos de longo prazo. Tem o compromisso de desenvolvimento da Região Sul, com o intuito de gerar emprego, renda e benefícios econômicos, sociais e ambientais, tendo em vista que investe na qualificação do capital humano, possui autossustentabilidade e gestão colegiada para unificar as ações e criar soluções para superar quaisquer adversidades. Segundo o relatório de gestão de 2018, a principal atividade do BRDE é o financiamento de longo prazo para projetos de investimento produtivo na Região Sul. O BRDE busca ofertar linhas de crédito com taxas de juros inferiores e prazos superiores à média do Sistema Financeiro Nacional e orientadas ao apoio de projetos de elevado ganho social (BRDE, 2019).

A composição da diretoria abrange quatro cadeiras, distribuídas entre os três Estados de atuação. Como diretor-presidente e diretor de operações se encontra Orlando Pessuti (PR), Vice-presidente e Direito de Acompanhamento e Recuperação de Créditos Neuto Fausto de Conto (SC), Diretor Administrativo Renato de Mello Vianna (SC), diretor de planejamento e financeiro Luiz Corrêa Noronha (RS) e, por fim, o diretor de operações, Guilherme Fumagalli Guerra (PR). Já o Conselho de Administração é formado pela Diretoria do BRDE e por dois representantes de cada Estado, nomeados pelos respectivos Governadores, sendo a presidência exercida pelo Diretor-Presidente do BRDE. O Comitê de Auditoria, por sua vez, é formado por um representante de cada Estado. Por fim, o CODESUL é composto pelos Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo a Presidência alternada entre os Governadores dos Estados controladores (BRDE, 2019).

Em 2018, financiou R\$ 2,36 bilhões, um crescimento real de 4% em relação a 2017, marcando uma reversão no movimento decrescente, que se iniciou em 2015, como reflexo dos anos de crises econômicas. Além disso, 70% das operações do BRDE foram realizadas com pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas, sem deixar de atender aos grandes projetos, fundamentais para o desenvolvimento regional.

3.3 RECURSOS DO BRDE

Suas principais fontes de recursos são advindas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e de recursos próprios. Em 2018, segundo os dados do relatório de Desempenho Operacional (BRDE, 2018), houver destaques para a diversificação de financiamento: *funding*. Foram ampliados os limites junto à Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil - BB e FINEP, para operações utilizando o Fundo Constitucional de Financiamento – FCO, para a execução de projetos de investimento nos segmentos de agronegócio, indústria, inovação e infraestrutura, financiando, também, a aquisição de máquinas e equipamentos de produção nacional, além de recursos próprios, que chegaram a 9%, seguidos de 4%, do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR e 3% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. O BNDES representou 73% dos recursos e o FINEP 7% (BRDE, 2018).

De modo geral, o ano de 2018 foi marcado pela diversificação de *fundings*. A participação do BNDES como fonte de recursos reduziu. Em 2017, era de 94% e em 2018, 73%. Foram ampliadas as operações com recursos da FINEP e do FGTS. Também foram captados recursos de duas fontes internacionais: a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD e o Banco Europeu de Investimento - BEI. O BRDE ainda se tornou agente dos fundos FUNGETUR e FUNCAFÉ - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.

Segundo o relatório de administração e socioambiental do BRDE, apesar da redução de participação do BNDES entre as fontes de recursos, o BRDE segue sendo uma das principais fontes de recursos do BNDES. Em 2018, o BRDE ocupou a terceira posição entre os agentes financeiros do sistema BNDES na Região Sul. Na área agrícola, o BRDE foi o principal repassador de recursos (BRDE, 2019).

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta seção objetiva demonstrar os métodos que foram utilizados para a realização do presente estudo, os delineamentos desta pesquisa para obter a resposta do problema de pesquisa, bem como as técnicas de análise de dados.

Tem-se como método, a seguinte definição: método é a trajetória percorrida para chegar a um determinado objetivo (PRODANOV; FREITAS, 2013). Já os autores Lakatos e Marconi (2007) definem método como sendo toda a atividade coerente e ordenada, que possui segurança no seu embasamento e, com isso, é possível atingir o objetivo desejado, realizando todo o trajeto que deve ser percorrido para o resultado.

Como metodologia do trabalho em questão, utilizou-se a pesquisa exploratória qualitativa e quantitativa de análise de variáveis, que para o autor Gil (1999, p. 43), “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos”.

Além disso, o presente trabalho, é um estudo de caso baseado em uma amostra de 80 cooperativas com informações extraídas da instituição pública BRDE. Um estudo de caso é:

[...] um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002, p. 33).

Apresentadas as definições de método e metodologia, esta seção possui o subtítulo 4.1, denominado “A Construção do Banco de Dados”, que explica como a pesquisa foi realizada, as suas definições, variáveis e hipóteses, de modo ordenado de acordo com os acontecimentos.

4.1 A CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS

O presente trabalho foi desenvolvido dentro do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul (BRDE), a população-alvo da amostra foi definida em 80 cooperativas do ramo rural e de agronegócios que recebem financiamento público concedido pelo BRDE.

Após definir o foco deste estudo de caso, criou-se um banco de dados com informações coletadas dos sistemas internos do BRDE. Utilizou-se como base o ano de 2017¹⁶. Para tanto, foi necessária uma autorização por escrito, entregue ao Superintendente do Setor de Planejamento (SUPLA) do BRDE. Com a autorização assinada, foi garantido o acesso às informações necessárias, sendo acordado que não seria possível retirar nenhum material de dentro da unidade de Porto Alegre, copiar ou usar o nome¹⁷ das cooperativas que estão dentro da amostra estudada.

A definição da amostra se deu pelo número de contratos ativos e finalizados das cooperativas do ramo estudado. O tamanho da amostra foi definido em 80 cooperativas, conforme mencionado anteriormente, que serão representadas por letras e, ainda, suas razões sociais serão mantidas em sigilo.

Para tanto, foram coletadas informações sobre as seguintes variáveis: Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Administração da Cooperativa, Perspectiva Setorial, Finalidade Básica da Operação e Ubiquação da Cooperativa. O objetivo da coleta de dados é a análise dessas variáveis e a descrição das mesmas para responder ao problema desta pesquisa: **verificar se as cooperativas do ramo rural e de agronegócios que recebem o financiamento público do BRDE investem na região onde estão inseridas e entender se as cooperativas maiores investem mais recursos no local onde estão instaladas.**

Para que seja possível entender, de modo objetivo e claro, o que cada uma das seis (6) variáveis significa, tem-se uma tabela de resumo (abaixo) com as respectivas definições:

¹⁶ Foi definido o ano de 2017, pois, no período da coleta de dados, as informações de 2018, que seriam mais atualizadas, ainda não estavam completas nos sistemas do BRDE e as de 2017 estavam completas e corretas.

¹⁷ As cooperativas da amostra não terão seus nomes divulgados, serão tratadas por letras do alfabeto.

Tabela 02 - Definição das variáveis deste estudo:

Definição das variáveis deste estudo	
Variáveis	Definição
Patrimônio Líquido	Valor definido no Balanço Patrimonial de cada cooperativa com base no ano contábil de 2017. Dado útil para entender a situação financeira da cooperativa.
Receita Líquida	Valor total oriundo de operações normais da cooperativa durante todo ano de 2017. Dado presente no balanço patrimonial de 2017.
Administração da Cooperativa	Analisa a qualidade e confiabilidade da gestão da Cooperativa.
Perspectiva Setorial	Analisa o tamanho da expansão que será realizada com concessão do financiamento.
Finalidade Básica da Operação	Analisa a destinação do recurso concedido.
Ubiquação da Cooperativa	Local onde a sede da cooperativa está instalada.

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela acima mostra, de modo resumido e objetivo, o que significa cada uma das seis (6) variáveis deste estudo. Todas as variáveis deste estudo também serão descritas com mais detalhes, nos parágrafos seguintes desta metodologia. São as mesmas variáveis que os técnicos do BRDE utilizam para avaliar as condições e a situação das cooperativas. Neste trabalho, utilizou-se as mesmas definições e valores que o BRDE utiliza. Afinal, as informações foram coletadas dos sistemas internos, utilizados pelos colaboradores do local estudado.

Entre as variáveis quantitativas¹⁸ têm-se duas (2) contínuas – Patrimônio Líquido e Receita Líquida – e quatro (4) qualitativas¹⁹: Administração da Cooperativa, Perspectiva Setorial, Finalidade Básica da Operação e Ubiquação da Cooperativa.

A Receita Líquida e o Patrimônio Líquido correspondem às variáveis quantitativas contínuas, são valores numéricos fracionados e estão presentes no balanço patrimonial²⁰ de 2017. Dentro do balanço patrimonial, é possível obter

¹⁸ Variáveis quantitativas são caracterizadas por possuírem valores numéricos que fazem sentido. Podem ser discretas ou contínuas. Discretas: apenas um número finito. Contínuas: valores em uma escala contínua, podendo ser números fracionados.

¹⁹ Variáveis qualitativas são categóricas, representam uma classificação. Podem ser nominais ou ordinais. Nominais: sem ordenação. Ordinais: com ordem.

²⁰ O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia a posição financeira da entidade, isto é, a situação que a entidade se encontra e como finalizou o exercício. Por exemplo, em 2018, o BRDE recebe o balanço patrimonial que mostra a situação em que a entidade finalizou o ano de 2017.

diversos²¹ dados relevantes para entender a situação financeira da organização. Porém, para o presente estudo, utilizou-se apenas o patrimônio líquido e a receita líquida do ano de 2017.

O Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade. No sentido jurídico, patrimônio é o complexo de relações jurídicas de uma pessoa que possam ser avaliadas economicamente (FERREIRA, 2016). Já a Receita, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2012), é o ingresso de benefícios econômicos durante o período observado²² no curso das atividades ordinárias da entidade.

As demais variáveis - Administração da Cooperativa, Perspectiva Setorial, Finalidade Básica da Operação e Ubiquação da Cooperativa - variam entre 1 e 12, sendo 1 a melhor classificação possível e 12 a pior classificação. Essas classificações são definidas pelos técnicos do BRDE. Foram somente copiadas dos sistemas, sem modificações.

A variável Administração da Cooperativa é classificada entre 1 e 12. Quando a administração, isto é, a gestão de uma cooperativa, é muito boa, ela é classificada com 1 e quando é muito ruim, com 12. As classificações são agrupadas de três em três, por exemplo, o primeiro nível da variável está entre 1 e 3, de muito boa a boa. O segundo nível de 4 a 6, de boa a regular. O terceiro nível de 7 a 9, de regular a deficiente. O quarto e último nível varia de 10 a 12, de deficiente a ruim. Na tabela 03, é possível visualizar as classificações de modo resumido e objetivo:

Tabela 03 - Variável Administração da Cooperativa:

Variável Administração da Cooperativa			
Muito Boa a boa	Boa a regular	Regular a deficiente	Deficiente a ruim
1 2 3	4 5 6	7 8 9	10 11 12

Fonte: Elaborada pela autora.

A variável Perspectiva Setorial analisa o tamanho da expansão que será realizada com o recebimento do financiamento público concedido pelo BRDE. É agrupada de três em três. O primeiro grupo avalia o tamanho da expansão, de grande a moderada, isto é, de 1 a 3. O segundo grupo avalia de 4 a 6, como

²¹ Neste estudo utilizou-se a Receita Líquida e o Patrimônio Líquido, mas o balanço patrimonial contém informações como dívidas, lucros, prejuízo e outros dados para entender a real situação de uma entidade.

²² No presente estudo o período observado foi o ano de 2017.

pequena expansão a expansão estável. O terceiro grupo analisa a expansão de estável a pequeno declínio e corresponde ao intervalo entre 7 e 9. O último grupo classifica a expansão de moderada a grande declínio, de 10 a 12. Na tabela 04 é possível visualizar as classificações de modo resumido e objetivo:

Tabela 04 - Variável Perspectiva Setorial:

Variável Perspectiva Setorial			
Grande a moderada	Pequena expansão a estável	Estável a pequeno declínio	Moderada a grande declínio
1 2 3	4 5 6	7 8 9	10 11 12

Fonte: elaborada pela autora.

A variável Finalidade Básica da Operação, isto é, como será investido o dinheiro do financiamento público concedido pelo BRDE, de 1 a 3, representa que o investimento será fixo na produção; de 4 a 6, que o investimento será fixo em outras áreas distintas da produção; de 7 a 9, que o investimento será utilizado como capital de giro, isto é, para compor uma reserva de recursos para a organização; de 10 a 12 significa saneamento financeiro, ou seja, o recurso será usado para ajustar as finanças e permitir o funcionamento normal da cooperativa. Na tabela 05, é possível visualizar as classificações de modo resumido e objetivo:

Tabela 05 - Variável Finalidade Básica da Operação:

Variável Finalidade Básica da Operação			
Investimento Fixo na Produção	Investimento fixo em outras áreas	Capital de giro	Saneamento Financeiro
1 2 3	4 5 6	7 8 9	10 11 12

Fonte: elaborada pela autora.

A Variável Ubiquação da Cooperativa corresponde à cidade sede de cada cooperativa, lembrando que o presente estudo abrange somente as cooperativas com sede localizada no estado do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul é composto por sete mesorregiões, sendo elas: Centro Ocidental (1), Nordeste (2), Metropolitana (3), Centro Oriental (4), Noroeste (5), Sudeste (6) e Sudoeste (7). Cada cooperativa tem o seu registro em um município. De acordo com isso, foi preenchido o número correspondente da mesorregião. Por exemplo, a cooperativa

X, de Bagé, corresponde ao número 7, mesorregião Sudoeste. Na figura 02, é possível visualizar o mapa do Rio Grande do Sul e as respectivas mesorregiões.

Figura 02 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul:



Fonte: base de dados do IBGE.

Após escolher as seis (6) variáveis que seriam tabuladas e entender o que elas representam, criou-se o banco de dados deste estudo. O banco de dados é composto pelas informações das cooperativas nas linhas e pelas informações das variáveis nas colunas. Na tabela 06, a seguir, é possível visualizar como foram organizados os dados e os valores que os correspondem:

Tabela 06 - Base de dados do presente estudo:

Base de dados - coletada dos sistemas internos do BRDE							
Cooperativa	Município	Mesorregião Correspondente	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Administração	Finalidade e Básica da Operação	Perspectiva setorial
Cooperativa A	Teutônia	2	192.468.000,00	1.105.152.000,00	4	1	1
Cooperativa B	Carlos Barbosa	1	321.317.000,00	1.045.884.000,00	3	1	4

Fonte: elaborada pela autora.

Na tabela acima, a interpretação é a seguinte: a cooperativa A possui sede em Teutônia, a cidade de Teutônia corresponde à mesorregião Nordeste (2). Em 2017, seu Patrimônio Líquido foi de R\$ 192.468.000,00 e sua Receita Líquida de R\$ 1.105.152.000,00. Sua Administração é classificada em 4, isto é, de boa a regular. A Finalidade Básica da Operação, classificada em 1, significa que o recurso concedido pelo BRDE será utilizado fixo na produção da cooperativa. A variável Perspectiva Setorial corresponde a 1, mostrando que a expansão com o recurso será de grande porte. Já a cooperativa B possui sede em Carlos Barbosa, corresponde à Mesorregião Centro Ocidental. Seu Patrimônio Líquido foi de R\$ 321.317.000,00 e a Receita Líquida de R\$ 1.045.884.000,00. Sua administração é de muito boa a boa, a Finalidade Básica da Operação, classificada em 1, significa que o recurso concedido pelo BRDE será utilizado fixo na produção da cooperativa. A Perspectiva Setorial é 4, o que mostra uma expansão de pequena à estável.

Os dados coletados foram organizados no padrão demonstrado na tabela 06, no *software* Statistical Package for the Social Sciences - SPSS²³, visto que esse programa faz a gestão de muitos dados, bem como o cruzamento de diferentes variáveis, possibilitando uma análise detalhada e, até mesmo, a criação de gráficos.

Após entender o que cada variável significa e como o banco de dados foi elaborado e definiu-se como seguiria a análise. Para tanto, foi escolhido o Coeficiente de Kendalls²⁴, pois realiza a correlação entre postos, isto é, verifica a semelhança entre as variáveis deste estudo. Esse coeficiente varia entre -1 e +1.

Por conseguinte, com a apresentação dos dados, das variáveis, da organização e dos meios necessários para o resultado, têm-se as seguintes

²³ Statistical Package for the Social Sciences - pacote estatístico para as ciências sociais.

²⁴ Possui este nome em homenagem ao estatístico Maurice Kendall, que desenvolveu o coeficiente, em 1938.

hipóteses: que os recursos emprestados pelo BRDE para as cooperativas da amostra estão sendo investidos no desenvolvimento do local onde as cooperativas estão instaladas e também que as cooperativas maiores investem mais no local onde estão instaladas.

5. RESULTADOS DA ANÁLISE DE DADOS

Com o banco de dados pronto, isto é, com todas as variáveis preenchidas e organizadas no *software* SPPS, após já terem sido definidas, realizou-se a análise. A partir disso, verificou-se que, na região Noroeste (2), houve uma distribuição maior de financiamento público, isto é, existe uma concentração maior de recursos do BRDE, se comparado às demais regiões, contando com 46 cooperativas do ramo estudado, entre financiamento com contrato ativo e inativo (finalizado). Após a primeira posição de recursos – região Noroeste, tem-se a segunda mesorregião – o Centro Ocidental (4), com 16 cooperativas rurais e de agronegócios que recebem/receberam os recursos do BRDE. As demais posições correspondem à mesorregião Metropolitana (3), com 9 cooperativas que recebem/receberam financiamento, seguida da mesorregião Sudoeste (7), com 8 cooperativas, Nordeste (5), com 5 cooperativas, a Sudoeste (6), com 4 cooperativas e, por último, a mesorregião Centro Oriental (4), com apenas 2 cooperativas que recebem ou receberam o financiamento público concedido pelo BRDE.

Na tabela 07, a seguir, é possível visualizar, de modo compilado, os dados da variável Ubiquação da Cooperativa²⁵. Com observação ao detalhe do somatório de 90 cooperativas, pois, para essa tabela, utilizou-se, também, as cooperativas em processo de cobrança judicial²⁶, tais cooperativas foram desconsideradas²⁷ para as demais interpretações de dados.

²⁵ Mesorregião na qual a sede da cooperativa está instalada.

²⁶ Procedimento através do qual o Poder Judiciário coage judicialmente o pagamento das dívidas (débitos).

²⁷ Cooperativas em processo de cobrança judicial foram desconsideradas para as análises, pois não foi possível coletar os dados das demonstrações contábeis de 2017.

Tabela 07 - Somatório das Mesorregiões presentes na amostra:

Mesorregião	Contagem
Sudoeste (7)	4
Sudeste (6)	8
Noroeste (2)	46
Centro Oriental (4)	2
Metropolitana (3)	9
Nordeste (5)	5
Centro Ocidental (1)	16
Total	90

Fonte: elaborada pela autora



Fonte: base de dados do IBGE.

Para as variáveis Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Administração da Cooperativa e Perspectiva Setorial, utilizou-se o coeficiente de Kendall's. Não se utilizou o coeficiente de Pearson pois o último mede apenas a correlação entre duas variáveis quantitativas, o que não é o caso do presente estudo. Os resultados resumidos do coeficiente de Kendall's podem ser visualizados na tabela 08, a seguir:

Tabela 08 - Resultado do teste de Kendall's:

Amostra de 80 cooperativas - Coeficiente de Kendall's			
	Receita Líquida	Administração da Cooperativa	Perspectiva Setorial
Receita Líquida			
Administração da Cooperativa	-0,214		
Perspectiva Setorial	-0,307*	0,425*	
Patrimônio Líquido	0,671*	-0,268*	-0,374*

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do coeficiente de Kendall's, entende-se que a variável Administração da Cooperativa está diretamente relacionada à variável Perspectiva Setorial, apresentando 0,425²⁸ de significância, ou seja, quanto melhor a Administração da

²⁸ A tabela 08 apresenta esse resultado obtido na aplicação do coeficiente de Kendall's.

Cooperativa (gestão da cooperativa), maior a expansão que será realizada com a concessão do financiamento.

Entretanto, relacionando a variável Administração da Cooperativa com as variáveis Patrimônio Líquido e Receita Líquida, entende-se que nem sempre uma boa Administração garante um bom Patrimônio Líquido e uma boa Receita Líquida, do mesmo modo que ter um ótimo Patrimônio e uma excelente Receita não significa que a cooperativa conta com uma boa Administração.

As variáveis Patrimônio Líquido e Receita Líquida estão relacionadas entre si²⁹, com 0,671 de significância, e definem o tamanho da cooperativa, já que as maiores cooperativas possuem Receitas altas e Patrimônios altos. Todavia, essas variáveis não possuem relação com a variável Perspectiva Setorial. Com isso, entende-se que, apesar da cooperativa ser grande, não garante expansão com a concessão do financiamento. Inclusive, as menores cooperativas apresentam maior Perspectiva Setorial.

Neste estudo, também foi calculada a média das variáveis, para entender o contexto geral da amostra. Para a variável Administração, tem-se a média 3,23, isto é, as cooperativas da amostra estudada possuem uma administração confiável, ou seja, uma boa administração. Para a variável Perspectiva Setorial, tem-se a média de 3,74³⁰. Esse valor mostra que o recebimento do recurso gera uma expansão moderada, sem garantia de desenvolvimento local.

Realizou-se, ainda, os cálculos de frequência das variáveis, já que, para a variável Finalidade Básica da Operação, não se usou o coeficiente de Kendall's, por não se tratar de uma variável numérica. Por isso, utilizou-se o cálculo da Frequência. Através da frequência, é possível entender que o recurso concedido é destinado em 89% para investimento fixo³¹ na produção da cooperativa; 6,6% para capital de giro e 4,4% para investimento fixo em outras áreas. Com o recurso do BRDE sendo

²⁹ As variáveis Patrimônio Líquido e Receita Líquida estão relacionadas entre si. Quando a cooperativa apresenta uma situação financeira boa no ano de 2017, também apresenta uma receita boa advinda de suas operações no ano de 2017. O Patrimônio Líquido e a Receita Líquida demonstram a situação financeira da cooperativa em 2017, mas não têm relação com o tamanho da expansão que será realizada com a concessão do financiamento. Isto é, a entidade pode ter um Patrimônio e uma Receita excelentes, mas não gerarem expansão no local onde estão instaladas ao receber o financiamento público concedido pelo BRDE.

³⁰ O número 1 seria ideal para garantia de desenvolvimento local, entretanto com a média de 3,74 não se pode afirmar que o recurso gere desenvolvimento no local onde a cooperativa está inserida.

³¹ A tabela 05 apresenta detalhes sobre a variável Finalidade Básica da Operação.

prioritariamente investido na produção, não se pode afirmar que o financiamento gerou um desenvolvimento no local onde a cooperativa está inserida.

A respeito da frequência da variável Perspectiva Setorial, entende-se que 74% das cooperativas da amostra estão inseridas no intervalo de pequena expansão³² à expansão estável; e 24% das cooperativas deste estudo estão localizadas no intervalo de expansão grande à expansão moderada. A frequência corrobora com a média desta variável. Entende-se, portanto, que essa variável não influencia no desenvolvimento do local da Ubiquação da cooperativa.

Sendo assim, a partir da análise dos dados coletados, verificou-se que as cooperativas da amostra estudada possuem, em sua maioria, a Ubiquação na mesorregião Noroeste, contando com 46 cooperativas instaladas nessa área. Quanto à variável Administração da Cooperativa, entende-se que 54% da amostra possui uma administração de muito boa a boa. Entende-se, também, que quanto melhor a Administração, melhor a Perspectiva Setorial. Entretanto, a variável Perspectiva Setorial mostra que 74% das cooperativas da amostra terão uma expansão de pequena a estável com o recebimento do recurso concedido pelo BRDE, isto é, sem garantia de influência no desenvolvimento local. A variável Finalidade Básica da Operação mostra que 89% do recurso concedido é investido fixamente na produção, mais uma vez, sem desenvolver o local onde as cooperativas estão instaladas. As variáveis Patrimônio Líquido e Receita Líquida são relacionadas entre si, mas não servem de base para entender questões referentes ao desenvolvimento do local, visto que não possuem relação com a variável Perspectiva Setorial.

³² Mais informações sobre a variável Perspectiva Setorial estão presentes na tabela 04.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no referencial teórico, verificou-se que o cooperativismo, no Brasil, é bastante heterogêneo. Conta com diferentes ramos e escalas de atividades, desde cooperativas com tecnologias modernas até pequenas cooperativas, que objetivam atender necessidades básicas das populações pobres (GAIGER, 2013). Também foi possível notar, com clareza, que o cooperativismo rural e de agronegócios continua se desenvolvendo e é a principal área cooperativista no Brasil. No Rio Grande do Sul, as cooperativas deste ramo formam o principal segmento, gerando cerca de 63 mil empregos e, para a economia gaúcha, mais de 2 bilhões de reais.

O presente trabalho, através de um estudo de caso com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo sul, buscou estudar e entender características de 80 cooperativas do ramo rural e de agronegócios que recebem o financiamento público concedido pelo BRDE e que estão instaladas no estado do Rio Grande do Sul, tendo por intuito responder o problema de pesquisa **se as cooperativas do ramo rural e de agronegócios que recebem financiamento público concedido pelo BRDE utilizam este recurso para o desenvolvimento do local onde estão instaladas e, ainda, se as cooperativas maiores, isto é, com alto Patrimônio Líquido e alta Receita Líquida, desenvolvem mais o local onde estão instaladas.**

O problema de pesquisa foi respondido através de uma coleta de dados, realizada nos sistemas internos do BRDE (sob autorização), com base nos dados do ano de 2017, e da análise destes (após terem sido organizados no *software* SPSS). Para tanto, utilizou-se de análises estatísticas, tais como média, frequência e, principalmente, o coeficiente de Kendall's, peça fundamental para entender a relação entre as variáveis deste estudo: Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Administração da Cooperativa, Perspectiva Setorial, Finalidade Básica da Operação e Ubiquação da Cooperativa.

A partir da análise dos dados, foi possível entender que as cooperativas da amostra estudada não utilizam os recursos concedidos pelo BRDE para o desenvolvimento do local onde estão instaladas, visto que 74% das cooperativas da amostra terão uma expansão de pequena a estável com o recebimento do recurso. Sendo assim, não se pode afirmar que este recurso vá influenciar no

desenvolvimento do local onde estão instaladas. O que se pode afirmar, com 0,425³³ de significância é: quanto melhor a Administração da Cooperativa, maior a expansão que será realizada com a concessão do financiamento.

As variáveis Patrimônio Líquido e Receita Líquida possuem relação entre si: quanto maior uma, maior a outra. Entretanto, não possuem relação com a variável Administração da Cooperativa. Entende-se que uma boa Administração não garante um bom Patrimônio Líquido e uma boa Receita Líquida.

Igualmente, também tem-se como resultado importante deste estudo a observação de que os recursos concedidos pelo BRDE têm a Finalidade Básica da Operação como sendo fixa na produção, uma vez que 89% das cooperativas estudadas utilizam o financiamento fixamente na produção. Sendo assim, não se pode afirmar que o recurso vá desenvolver o local onde estão instaladas.

As cooperativas da amostra estudada que apresentam Receita Líquida e Patrimônio Líquidos altos não possuem relação com a Perspectiva setorial, conforme o coeficiente de Kendall's. Isso demonstra que, apesar de serem grandes cooperativas, elas não desenvolvem o local onde estão inseridas. Inclusive, as cooperativas menores aparentam ter desenvolvimento local.

Quanto à variável Ubiquação da Cooperativa, que avalia o local onde estão inseridas, neste estudo, dentro da amostra, verificou-se que 46 cooperativas estão instaladas na mesorregião Noroeste. Quanto à variável Administração da Cooperativa, verificou-se que 54% da amostra possui uma Administração de muito boa a boa. Entretanto, não possui relação com o Patrimônio e com a Receita da cooperativa. Para a variável Perspectiva Setorial, 74% da amostra terá uma expansão de pequena a estável, com o recebimento do financiamento público. A variável Finalidade Básica da Operação mostra que 89% dos recursos é para investimento fixo na produção.

Esta pesquisa apresentou algumas limitações, como por exemplo, análises mais aprofundadas diretamente com as cooperativas da amostra. Um contato direto com as cooperativas poderia gerar outros olhares para as análises, bem como dados diversos para serem comparados com as variáveis coletadas dos sistemas internos do BRDE.

³³ Número gerado com o coeficiente de Kendall's.

Espera-se que este estudo seja utilizado para entender questões referentes aos benefícios do cooperativismo, de fazer junto e da força da união. Que sirva de base para coleta de dados e para incentivo de pesquisas futuras na área de desenvolvimento local. Espera-se, ainda, que o banco de dados possa ser utilizado para outras análises e interpretações, que seja útil para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa neste país.

Por conseguinte, entende-se que esta pesquisa respondeu aos questionamentos aqui presentes. A partir da análise de dados, das cooperativas da amostra estudada, do ramo rural e de agronegócios que recebem o financiamento público do BRDE, não foi possível afirmar que essas utilizam o recurso para o desenvolvimento do local onde estão inseridas. Quanto às grandes cooperativas, não se pode afirmar que essas investem mais no local onde estão inseridas. Inclusive entende-se que pequenas cooperativas desenvolvem mais o local, comparadas às grandes cooperativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTRA, F. H. C. **Políticas públicas municipais e economia solidária.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Campo Grande, p. 1-11, 1 jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v15n1/v15n1a13.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

AMORIM, M. S. S. **Cidadania e participação democrática.** In Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Abril de 2017, p. 366-379. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS/UFSC.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.828.** Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47158/Res_2828_v8_P.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 394.** Regulamento que define a competência e disciplina a constituição e o funcionamento dos Bancos de Desenvolvimento. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 04 nov. 1976. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bd.asp>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. BRDE - **Institucional. Região Sul do Brasil, 2019.** Disponível em: <http://www.brde.com.br/institucional/>. Acesso em: 14 jun. 2019.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Política de Conformidade do BRDE.** Resolução nº 2.501, de cunho privado. Acesso em: 10 jun. 2019.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Resolução nº 2.459,** de 17 de agosto de 2016, de cunho privado. Acesso em: 10 jun. 2019.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. In: **Desempenho Operacional. [S. I.], 2019.** Disponível em: <http://www.brde.com.br/transparencia/desempenho-operacional/>. Acesso em: 23 maio 2019.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Relatório de administração e socioambiental. [S. I.], 2019.** Disponível em: <http://www.brde.com.br/wp-content/uploads/2019/04/Relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

BORBA, N. G. **Medidas Efetivas Para Um Programa De Compliance:** Uma Pesquisa Prática por Intermédio De Análise Do Banco Regional De Desenvolvimento Do Extremo sul. PUCRS, Porto Alegre, p. 1-49, 1 dez. 2018.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social (7ª reimp. da 1ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 2001.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 30 (R1): Receitas. [S. I.]: CPC, 2019**. Disponível em:
[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/332_CPC%2030%20\(R1\)%2031102012-limpo%20final.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/332_CPC%2030%20(R1)%2031102012-limpo%20final.pdf). Acesso em: 12 jun. 2019.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DO SUL. **CODESUL - Rio Grande do Sul. [S. I.], 2019**. Disponível em:
<http://www.codesul.com.br/conteudos.php?p=60>. Acesso em: 04 jun. 2019.

COTRIJAL. In: **Cotrijal: Institucional**. Não-Me-Toque, 2019. Disponível em:
<https://www.cotrijal.com.br/acotrijal>. Acesso em: 05 nov. 2019.

DALIA. **Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda**. Disponível em
<http://dalia.com.br/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

FERREIRA, R. J. Contabilidade de Custos. In: Ferreira, Ricardo Junior. **Aspectos Gerais**. 10 ed. Ferreira, Rio de Janeiro, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FULGENCIO, P. C. **Glossário - Vade Mecum**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda, 2007. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=i3ztZnKEpOoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 23 jun. 2019.

GAIGER, L. I. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, p. 1-19, 23 jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000200013&lang=pt. Acesso em: 24 out. 2019.

GAUCHA ZH. **Cooperativas gaúchas buscam novas tecnologias no Vale do Silício**. Porto Alegre, 2019. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2019/09/cooperativas-gauchas-buscam-novas-tecnologias-no-vale-do-silicio-ck0skre060cwq01tgkzh5akmy.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.

GIANEZINI, M.; GIANEZINI, Q. D.; SCARTON, L.; RODRIGUES, R. G. **O COOPERATIVISMO E SEU PAPEL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO MÉDIO NORTE DE MATO GROSSO**. Sober 47 Congresso, Porto Alegre, 2009. Disponível em:
<http://www.sober.org.br/palestra/13/1319.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. In: Gil, Antonio Carlos. **Pesquisa Social**. 5.ed, Atlas, São Paulo, 1999.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. **Cooperativismo agropecuário: os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro.** *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, p. 1-22, 1 ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482006000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 jun. 2019.

GUERRA, P. **Socioeconomia de la solidaridad.** Montevideu, Nordan – Comunidad, 2002.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. **ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL.** Belgium, 2019. Disponível em: <https://www.ica.coop>. Acesso em: 12 jun. 2019.

INVESTRS. **Principais Cooperativas.** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://investrs.com.br/principais-cooperativas>. Acesso em: 22 nov. 2019.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Cooperativismo Impulsiona Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.** Jornal do Comércio, Porto Alegre, 12 jul. 2019. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/cooperativismo_2019/2019/06/690827-cooperativismo-impulsiona-desenvolvimento-do-rio-grande-do-sul.html. Acesso em: 03 set. 2019.

KEIL, I. M.; MONTEIRO, S. T. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do Cooperativismo na América Latina.** 1.ed, Rio Grande do Sul, 1982.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARUCH, E. C.; MAFIOLETTI, R. L. **A Evolução do Cooperativismo e a Contribuição do Sicredi como Alternativa para o Desenvolvimento Econômico e Social: O Caso do Sicredi Norte do Paraná – Monografia do curso de Agronegócios da UFPR,** 2004.

NETO, S. B. **Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, p. 1-20, 1 jan. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n1/06.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

PAGOTTO, C. **Produção Associada na Era da Precarização Estrutural: Uma Análise da Atuação das Cooperativas de Trabalho.** 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 139 p. v. 1. ISBN 333.11.

PETERSEN, F.; SOUZA, T. G.; LOPES, A. A. **Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão.** *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, p. 1-13, 1 maio 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a24v26n2.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

PINHO, D. B. Lineamento da legislação cooperativa brasileira. In: **Manual de Cooperativismo.** v. 3. São Paulo, CNPq. 1996.

PINTO, J. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO: A História do Cooperativismo no Brasil. In: OCB (ed.). **A História do Cooperativismo no Brasil**. Amazônia: Sicoob, 2011. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2011/01/a-historia-do-cooperativismo-no-brasil/>. Acesso em: 25 out. 2019.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Os Pioneiros de Rochdale**. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>. Acesso em: 7 jun. 2019.

PORTAL DO MEC. **Indicadores Socioeconômicos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indsocioeconRS.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 9867, de 10 de novembro de 1999**. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Brasília, 10 nov. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm. Acesso em: 23 jun. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 16 dez. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 13 jun. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe Sobre a Sociedade por Ações. Brasília, 15 dez. 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm. Acesso em: 12 jun. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, N. J. **Aspectos Societários das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

SALES, J E. **Cooperativismo**: origens e evolução. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*, São Gotardo - MG, p. 1-12, 2010. Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23>. Acesso em: 30 maio 2019.

SANTOS, A. **O processo de trabalho capitalista e a dinâmica das fábricas recuperadas**. *Economia Solidária e Ação Cooperativa*, 2008.

SANTOS, C. C. M.; CEBALLOS, Z. H. M. **A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO**. Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, [S. l.], p. 1-4, 1 maio 2012.
http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC000027ok.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul. **Cooperativas gaúchas crescem 14,2% e faturam R\$ 41,2 bilhões em 2016**. Porto Alegre: Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.sdr.rs.gov.br/cooperativas-gauchas-crescem-14-2-e-faturam-r-41-2-bilhoes-em-2016>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SESCOOP. **Saber Cooperar**. *A Revista do SESCOOP*, São Paulo, p. 1-56, 1 dez. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/%C3%8Dsis%20Suzana/Desktop/tcc%20final/SABER_COOPERAR_01.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

SESCOOP. **Saber Cooperar**. *A Revista do Cooperativismo*, São Paulo, p. 1-56, 1 jul. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/%C3%8Dsis%20Suzana/Desktop/tcc%20final/16-10_revista_saber_cooperar_ed-27.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

SESCOOP/RS. **Histórias Reais do Cooperativismo**. Junior Giles: Imigrante. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://historiasreais.coop.br/#junior>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SESCOOP/RS. **Histórias Reais do Cooperativismo**. Roveni Doneda: Liderança Feminina. Porto Alegre, 05 nov. 2019. Disponível em: <http://historiasreais.coop.br/#roveni>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. L. **A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul**. *Sociologias*, Porto Alegre, p. 1-39, 1 dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/05.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.

SISTEMA OCERGS - SESCOOP/RS. **História do Cooperativismo**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.gov.br/cooperativismo/historia/>. Acesso em: 07 jun. 2019.

SISTEMA OCERGS - SESCOOP/RS. **Relatório de Expressão do Cooperativismo Gaúcho de 2019**. Porto Alegre: Sistema Ocergs SESCOOP/RS, 2019. Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.gov.br/app/uploads/2019/07/expressao-cooperativismo-gaucha-2019-07-03.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SISTEMA OCERGS - SESCOOP/RS. **Relatório de Expressão do Cooperativismo Gaúcho de 2018**. Porto Alegre: Sistema Ocergs SESCOOP/RS, 2018. Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.gov.br/app/uploads/2018/07/sescoopr.rs-expressao->

cooperativismo-gaucho-2018.pdf. Acesso em: 30 jul. 2019.

SISTEMA OCB. **História do cooperativismo** - Cronologia. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 09 jun. 2019.

SISTEMA OCB/GO. **Cooperativismo no Brasil**. Goiás, 2019. Disponível em: <http://www.goiascooperativo.coop.br/cooperativismo/contextualizacao-historica-do-cooperativismo/cooperativismo-no-brasil/>. Acesso em: 24 out. 2019.

SICOOB CECREMEF. **História do Cooperativismo**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.sicoobccremef.com.br/historia-do-cooperativismo/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

VERONESE, M. V.; GAIGER, L. I.; FERRARINI, A. V. **Sobre A Diversidade De Formatos E Atores Sociais No Campo Da Economia Solidária**. *Caderno CRH*, Salvador, p. 1-16, 1 jan. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000100089&lang=pt. Acesso em: 25 out. 2019.

VERONESE, M. **Psicologia social e economia solidária**. São Paulo, Ideias & Letras, 2008.

VICENTINO, C. **História Geral e do Brasil**: Volume Único. São Paulo: Scipione, 2001. (Série Parâmetros).